



# DETEN QUÍMICA S.A.

CNPJ Nº 13.546.106/0001-37

## RELATORIO DA ADMINISTRAÇÃO

**cenário econômico**

No ano de 2024, o cenário geopolítico mundial concentrou-se na guerra na Ucrânia que continuava a impactar a economia global, com efeitos diretos na cadeia de suprimentos, nos preços de energia e na insegurança política. A expectativa era de que o conflito permanecesse uma fonte significativa de incerteza para 2024, embora com menor escalada do que em 2022 e 2023. No mercado internacional, a inflação no ano de 2024 começou a desacelerar em muitas regiões, particularmente nos Estados Unidos e na Zona do Euro, sem muitos impactos na atividade e no mercado de trabalho. A inflação nos EUA e na Zona do Euro começou o ano de 2024 em 3,4% e 2,9%, respectivamente. Contudo, os bancos centrais, como o Federal Reserve (EUA) e o Banco Central Europeu, mantinham políticas monetárias relativamente restritivas, com altas taxas de juros para combater a inflação persistente. Na China, os dados de atividade mostravam recuperações com a capacidade de crescimento. No acumulado de 2024, o PIB dos EUA cresceu 2,8%, levemente abaixo dos 2,9% registrados em 2023. Em 2024, o PIB da Zona do Euro cresceu 0,7% (2023: 0,4%) e na China a economia cresceu 5% (2023: 5,2%), a Índia cresceu 6,2% (2023: 6,4%). O avanço foi sustentado pelo aumento nos gastos dos consumidores, investimentos e exportações, enquanto as importações também cresceram. Em 2024, o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil apresentou um crescimento de 3,5%, superando as expectativas iniciais. Esse desempenho foi impulsionado principalmente pelo setor de serviços, que registrou um aumento significativo, refletindo a recuperação

econômica e o aumento da demanda interna. A produção da indústria brasileira fechou 2024 com crescimento de 3,1% (2023: 2,9%). O resultado anual é o terceiro maior dos últimos 15 anos e foi impulsionado por fatores como o aumento do emprego e da renda. A alta anual foi alcançada mesmo após três meses seguidos de recuo industrial. O resultado de dezembro ficou 1,6% acima do registrado no mesmo período de 2023. O nível de inflação medido pelo IPCA em 2024 foi de 4,83%, um aumento em relação ao ano anterior (2023: 4,62%). É importante notar que a inflação em 2024 foi influenciada por fatores como a recuperação econômica pós-pandemia, a desvalorização cambial e a alta dos preços dos combustíveis e da energia elétrica. A taxa de juros Selic em 2024 foi de 11,42% ao ano (2023: 13,75%). Isso representa uma redução de 2,33 pontos percentuais em relação a 2023. O valor do barril de petróleo em 2024 foi de cerca de US\$ 85,41 (2023: 77,9\$/barril). Em resumo, o valor do barril de petróleo em 2024 foi maior do que em 2023, mas não alcançou as previsões iniciais de US\$ 100 por barril.

**PRODUÇÃO**

A produção do LAB atingiu 193,3 mil toneladas, superior ao ano anterior em 8,84%, enquanto a de LABSA atingiu 93 mil toneladas, superior ao ano anterior em 9,41%. Tais volumes permitiram o pleno atendimento do mercado e a manutenção dos níveis adequados dos estoques.

**VENDEDAS**

Em 2024 a Companhia vendeu mais referente ao ano anterior, os volumes de vendas de LAB e LABSA, expressos em LAB equivalente: no mercado interno 184.015 t (2023: 178.666 t),

acrescido de 2,99% e no mercado externo 12.644 t (2023: 4.583 t), acrescido de 175,89%, devido a maior demanda dos clientes e maiores exportações por estratégia da Cepsa Química na Espanha. As vendas totalizaram 196.659 t (2023: 183.249 t), acrescido de 7,32%.

**DESEMPENHO**

O faturamento bruto de R\$ 2.727,9 milhões foi maior em 2,6% (2023: R\$ 2.658,3 milhões), em função dos maiores volumes de vendas dos produtos no mercado interno externo. O lucro líquido atingiu R\$ 208,9 milhões, inferior ao obtido em 2023 (R\$ 257,9 milhões) em 18,9%, principalmente em decorrência dos menores preços de vendas e maiores preços das matérias-primas, especialmente devido a maior demanda de importação da Normal Parafina em virtude do fechamento da Acelen, único fornecedor de Parafina no Brasil.

**GESTÃO CORPORATIVA**

Diversas ações e programas associados à responsabilidade social e à proteção do meio ambiente, bem como de valorização da força de trabalho e de criação de conceitos de sustentabilidade junto à sociedade estarão descritos no Balanço Social, publicado em sequência. A DETEN reitera seus agradecimentos a todas as partes envolvidas em suas atividades: Clientes, Acionistas, Empregados, Fornecedores, Órgãos Governamentais Federais, Estaduais e Municipais, COFIC, ONGs e Comunidades, em especial às vizinhas Camaçari e Dias d'Ávila, pela importante contribuição para as realizações alcançadas em 2024.

## INVESTIMENTO SOCIAL INTERNO

Em 2024, a DETEN manteve seus programas de incentivo à saúde e bem-estar de sua força de trabalho, como: alimentação balanceada e uma opção *light* para empregados, estagiários e terceiros, transporte em ônibus climatizados, assistência médica e odontológica extensiva aos dependentes, auxílio academia, programa de ginástica e ergonomia, vacinação contra gripe, apoio ao Grupo de Corridas e apoio ao Grêmio Esportivo Deten, além de clube social e convênios. Para o desenvolvimento do empregado, a DETEN mantém um programa de Educação e Treinamento (com investimento de R\$ 730.000,00 em 2024). A Empresa manteve estágio remunerado para técnicos e universitários (5,52% do quadro de pessoal), além do programa de Oficina de Ideias/Inovações, que em 2024 premiou 8 sugestões para diversas áreas beneficiadas. Ainda em 2024, a DETEN manteve sua prática de pagar bonificação aos seus empregados, na forma de Participação nos Lucros e Resultados - PLR. Em 2024, a DETEN promoveu para todos os empregados/estagiários/terceiros seu tradicional evento de Reconhecimentos e Premiações. Na oportunidade, foram reconhecidos e premiados os homenageados por Tempo de Serviço, Premiações por ideias/Inovações, entre outros destaques.

## INVESTIMENTOS EM SEGURANÇA, SAÚDE, HIGIENE E MEIO AMBIENTE (SSHMA)

A DETEN tem como principal valor a Segurança, o que se reflete em seus resultados, mantendo-se como destaque no segmento químico/petroquímico. Em 2024 foram investidos mais de R\$ 56 milhões em projetos e equipamentos para melhorias de SSHMA na empresa. A DETEN mantém continuamente seu foco em prevenção de acidentes e incidentes, investindo fortemente em Programas de Segurança de Processo e Ocupacional, que visam salvaguardar a saúde, segurança e o patrimônio da organização. Também desenvolve ações ambientais, para a redução dos consumos dos recursos naturais, através do Programa Eficiente Zero (PEZ), ações para o Dia Mundial da Água e Oficina de Saúde e Meio Ambiente (22º ano). Em 2024, a DETEN teve destaque em alguns objetivos e metas ambientais propostos para o ano: Certificação na ISO 14064: Gases de Efeito Estufa, Definição de Projetos atuantes na Descarbonização, ações preventivas para proteção do

solo e da água subterrânea, além da promoção de sustentabilidade e governança corporativa através dos programas socioambientais. Programa Coleta Seletiva: Doação do valor arrecadado com a venda de sucatas metálicas e óleos lubrificantes usados, por meio do Cheque Verde. Em 2024, foram arrecadados R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), beneficiando as instituições de caridade localizadas em Dias d'Ávila/BA: Associação Casa de Amparo ao Idoso Irmã Doralice / Camaçari/BA: Associação Paulo Tonucci - Appito / Instituto para o Desenvolvimento Social Missionário dos Trabalhadores do Polo Petroquímico de Camaçari - Instituto GP / Salvador: Vida Valorização Individual do Deficiente Anônimo - Lar Vida.

## RELACIONAMENTO COM FORNECEDORES

No ano de 2024 a DETEN manteve sua participação no Programa de Qualificação das Transportadoras com uma parceria com IEL/FIEB, pois a DETEN entende que estes tipos de ações fortalecem as alianças com seus fornecedores, sejam de bens ou de serviços, através das melhorias contínuas, para ambos. Em 2024, após implantação do Projeto Sm@Grip juntamente com o início de qualificações de fornecedores com critérios de ESG - Environmental, Social and Governance (Ambiental, Social e Governança), conseguimos elevar a avaliação para 8,3.

## SUPPLY CHAIN

A DETEN manteve em operação, em parceria com a Petrobras Transporte S.A. - Transpetro, uma dutovia de 43 km de extensão para o transporte de sua principal matéria-prima, a normal-parafina, não utilizando o modal rodoviário. Desta forma, temos a transferência em circuito 100% fechado, aumentando os níveis de segurança e com zero impacto ao meio ambiente. Adicionalmente, a DETEN fez uma série de ajustes em suas operações de expedição, além da execução, ainda em andamento, de um projeto cujo objetivo é tornar a expedição e o carregamento mais seguro e moderno, diminuindo ainda mais a exposição de seus operadores e assegurando a demanda crescente por nossos produtos.

## DOAÇÕES E AÇÕES DE VOLUNTARIADO

Em 2024, a Deten, comprometida com o Meio Ambiente, continuou a aprimorar seu desempenho ambiental, alinhando suas ações aos princípios do desenvolvimento sustentável por meio do apoio

	Notas	2024	2023
<b>ATIVO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	43.132	314.923
Contas a receber	5	205.455	173.407
Estoque	6	359.561	283.050
Tributos a recuperar	7	155.866	43.779
Outros ativos		4.799	1.435
Total do ativo circulante		768.813	816.594
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Estoque	6	22.683	20.850
Tributos a recuperar	7	5.061	5.049
Depósitos judiciais	14	69.131	66.707
Investimentos		564	564
Imobilizável	8	498.008	396.969
Intangível	9	59.349	60.857
Total do ativo não circulante		654.796	551.086

**TOTAL DO ATIVO** 1.423.609 1.367.679

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 - (Em milhares de reais - R\$)

	Notas	Capital social	Ajustes de valor	Legal	Incentivos fiscais	Reserva de lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022</b>		213.056	(1.610)	42.610	286.775	168.491	65.573	-	774.895
Outros resultados abrangentes		-	793	-	-	-	-	-	793
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	257.903	257.903
Reservas de lucros	15.c	-	-	-	59.262	-	-	(59.354)	(82)
Dividendos pagos		-	-	-	-	-	(65.573)	(65.573)	(65.573)
Dividendos intermediários	15.d	-	-	-	-	-	(100.000)	(100.000)	-
Dividendos adicionais propostos	15.d	-	-	-	-	-	98.549	(98.549)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023</b>		213.056	(817)	42.610	346.037	168.491	98.549	-	867.926
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	208.990	208.990
Reservas de lucros	15.c	-	-	-	43.542	122.049	-	(208.990)	(43.399)
Dividendos pagos	15.d	-	-	-	-	-	(98.549)	-	(98.549)
Dividendos mínimos adicionais propostos	15.d	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024</b>		213.056	(817)	42.610	389.579	290.540	-	-	934.968

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 1 Informações gerais

A Deten Química S.A. ("Deten" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Polo Petroquímico de Camaçari - Bahia e tem como controlador a Petresra Participações Ltda. (69,94% do capital total). O outro acionista que detinha ações ordinárias com direito a voto (27,88% do capital total - PETROBRAS - Petróleo Brasileiro S.A.), vendeu em 5 de julho de 2022 sua participação para a Cepsa Química S.A., única sócia da Petresra Participações Ltda. A Companhia tem como objeto social a produção de matérias-primas para a fabricação de tensoativos, detergentes biodegradáveis e produtos químicos em geral, a comercialização de produtos químicos de sua fabricação ou de terceiros, inclusive a importação e exportação e, ainda, a participação em outras sociedades. A Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) como uma empresa incentivada em função do incentivo fiscal FINOR.

### 2 Apresentação das demonstrações financeiras e Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão evidenciadas e correspondem às práticas utilizadas na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base valor dos ativos e passivos financeiros, exceto por instrumentos financeiros mensurados ao valor justo. As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação. A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Companhia possuir recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, continua a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras.

### 3 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir. **Uso de estimativas e julgamentos** - A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas que requerem a adoção de premissas e estimativas são: **a)** Contas a receber de clientes (nota explicativa nº 5). **b)** Estoques (nota explicativa nº 6). **c)** Imobilizável (nota explicativa nº 8). **d)** Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos (nota explicativa nº 15b13). **e)** Instrumentos financeiros (nota explicativa nº 20). **a) Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses da contratação, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas, quando aplicável, são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante. **b) Transações e saldos em moeda estrangeira** - As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado. **c) Instrumentos financeiros** - Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Companhia assume direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber caixa atrelados ao ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios para terceiros. Ativos e passivos são reconhecidos quando direitos e/ou obrigações são retidos na transferência pela Companhia. Passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia assume obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros por meio de um contrato no qual é parte. Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e são baixados quando são quitados, extintos ou expiram. Os instrumentos financeiros que posteriormente ao reconhecimento inicial venham a ser mensurados pelo custo amostrado são mensurados por meio da taxa efetiva de juros. As receitas e despesas de juros, a variação monetária e a variação cambial, deduzidas das estimativas de perda por não recebimento de ativos financeiros, são reconhecidas quando incorridas na demonstração de resultado do exercício como "Resultado financeiro". Ativos e passivos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos se a Companhia detiver o direito incondicional de compensar tais valores ou liquidá-los simultaneamente, bem como ter a intenção de fazê-lo. A Companhia avalia anualmente as estimativas por perda pela não realização de ativos financeiros. Uma estimativa por perda é reconhecida quando há evidências objetivas que a Companhia não conseguirá receber todos os montantes a vencer ou vencidos. Quando o recebimento de um ativo financeiro é improvável, o seu valor contábil e a respectiva estimativa de perda são reconhecidos no resultado do exercício. **d) Estoques** - Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de produção, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. Os itens são classificados como Ativo não circulante devido ao histórico de utilização. **e) Depósitos judiciais** - Os depósitos judiciais são registrados pelo valor justo, ou seja, o valor efetivamente depositado judicialmente, e subsequentemente pelo custo amortizado, com base na Selic até a data do encerramento do exercício. **f) Tributos a recuperar** - Os impostos a recuperar são registrados pelo regime de competência de acordo com as operações realizadas, e segregados entre o circulante e não circulante de acordo com a expectativa de realização. **g) Imobilizável** - Itens do imobilizável são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável ("impairment") acumulada, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e de condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Os custos dos empréstimos relativos a recursos captados para obras e andamento são capitalizados até que esses projetos sejam concluídos. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, por taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizável é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **h) "Impairment" de ativos não financeiros** - Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por "impairment" é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, que representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos que não estão sujeitos a amortizações são revisados pelo menos anualmente para determinar se as circunstâncias presentes continuam a suportar a avaliação de vida útil indefinida para o ativo. Para fins de avaliação do "impairment", os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por "impairment", são revisados para a transição de uma possível reversão do "impairment" na data do balanço. Não houve mudanças ou eventos que indicassem a necessidade de ajustes no ano de 2024. **i)** Intangível - As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 - (Em milhares de reais - R\$)

	Notas	2024	2023
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	16	2.100.077	1.943.876
<b>CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS</b>	17	(1.719.199)	(1.517.931)
<b>LUCRO BRUTO</b>		380.878	425.945
Receitas (despesas) operacionais:			
Despesas com vendas	17	(95.767)	(83.740)
Despesas administrativas e gerais	17	(38.631)	(28.556)
Outras despesas operacionais, líquidas	17	(6.389)	(6.413)
		(140.787)	(118.709)

<b>LUCROS ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO, DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		240.091	307.236
Recursos financeiros	18	31.954	51.385
Despesas financeiras	18	(21.370)	(39.394)
		10.584	11.991

<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		250.675	319.227
Corrente	13	(38.522)	(60.391)
Diferido	13	(3.163)	(933)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		208.990	257.903
Quantidade de ações (em milhares)		99.327.769	99.327.769
Lucro por ação atribuível aos acionistas - em R\$		2,10	2,60

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 - (Em milhares de reais - R\$)

	Notas	2024	2023
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		208.990	257.903
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado			
Variação do valor justo de item qualificado como "hedge" de fluxo de caixa		-	1.057
Imposto de renda diferido - outros resultados abrangentes		-	(264)
		-	793
<b>RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO</b>		208.990	258.696

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 - (Em milhares de reais - R\$)

	Notas	2024	2023
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		250.675	319.227
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		-	-
Ajuste de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro com o fluxo de caixa:			
Depreciação e amortização	8 e 9	16.264	14.587
Provisão para contingências, líquida		3	(1.283)
Reversão de provisão para perda com investimento		-	(134)
Reversão de provisão para perda de crédito esperada	5	1.705	(1.190)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	11	451	576
Atualização da contribuição social sobre o lucro líquido	14	11.031	(33.387)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		(3.218)	(3.249)
Lucro ajustado		276.911	295.146
(Aumento) Redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber		(33.753)	68.879
Estoque		(78.345)	14.238
Tributos a recuperar		(112.100)	(16.467)
Depósitos judiciais		40	241
Outros ativos		(3.365)	352
Aumento (Redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		69.245	22.452
Obrigações tributárias		35.199	161.282
Outros passivos		3.886	12.420
Caixa gerado pelas operações		157.718	558.544
Juros pagos		(699)	(990)
Caixa líquido de renda e contribuição social pagos	11	(110.128)	(288.353)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		46.891	269.201
Aplicação financeira - conta vinculada		-	-
Aquisição de imobilizável	8	(115.437)	(56.990)
Aquisição de intangíveis	9	(359)	(8.986)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(115.796)	(65.976)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Captação de empréstimos	11	91.888	61.269
Pagamento de empréstimos	11	(96.225)	(76.130)
Dividendos pagos	15	(198.549)	(205.573)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(202.886)	(220.443)
<b>REDUÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		(271.791)	(17.209)
No início do exercício		314.923	332.132
No fim do exercício	4	43.132	314.923
<b>REDUÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		(271.791)	(17.209)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Após as alterações à IAS 12, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12. **Norma:** Alterações à IAS 12 - Tributos sobre o Lucro - Reforma Tributária Internacional - Regra do Modelo do Pilar Dois. **Descrição da alteração:** A Companhia adotou as alterações à IAS 12 no exercício corrente. O IASB alterou a IAS 12 para clarificar que a norma se aplica aos tributos sobre o lucro decorrentes da legislação fiscal promulgada ou substancialmente promulgada para implementar as regras modelo do Pilar Dois, publicadas pela OCDE, incluindo a legislação fiscal que implementa impostos nacionais mínimos qualificados descritos nas regras; **Norma:** Alterações à IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros - Definição de Estimativas Contábeis. **Descrição da alteração:** As alterações introduzem uma exceção temporária aos requisitos contábeis para impostos diferidos na IAS 12, de modo a que uma entidade não reconheça nem divulgue informações sobre ativos e passivos diferidos relacionados com tributos sobre o lucro do Pilar Dois. Após as alterações, o grupo é obrigado a divulgar que aplica a exceção e a divulgar separadamente sua despesa fiscal atual (exercício) relacionada aos tributos sobre o lucro do Pilar Dois. A Companhia adotou as alterações à IAS 8 no exercício corrente. As alterações substituem a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração". A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída; **Norma:** CPC 50 (IFRS 17) Contratos de Seguro (incluindo alterações publicadas em junho de 2020 e dezembro de 2021). **Descrição da alteração:** A Companhia adotou o CPC 50 (IFRS 17) e correspondentes alterações pela primeira vez no exercício corrente. O CPC 50 (IFRS 17) estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui o CPC 11 (IFRS 4) - Contratos de Seguro. A norma descreve o modelo geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como abordagem de taxa variável. O modelo geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos, mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a abordagem da alocação de prêmios. O modelo geral usa premissas atuais para estimativa do valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza. Ele leva em consideração as taxas de juros do mercado e o impacto das opções e garantias dos titulares de apólices. O grupo não possui quaisquer contratos que atendam à definição de contrato de seguro de acordo com o CPC 50 (IFRS 17). **Norma:** CPC 03 (IAS 7) Demonstração dos Fluxos de Caixa. **Descrição da alteração:** CPC 03 (IAS 7) Demonstração dos Fluxos de Caixa. A Companhia adotou o CPC 03 (IAS 7) no exercício corrente. O CPC 03 (IAS 7) proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis uma base para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e as necessidades da entidade para utilizar esses recursos. A norma descreve o modelo geral do Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, que é o de exigir o fornecimento de informação acerca das alterações históricas de caixa e equivalentes de caixa de uma entidade por meio de uma demonstração que classifique os fluxos de caixa durante o período provenientes das atividades operacionais, de investimento e de financiamento. Assim sendo, a entidade apresenta uma demonstração de fluxos de caixa. As alterações foram avaliadas e adotadas pela administração da Companhia, e não houve impactos em suas demonstrações financeiras quanto a sua aplicação. Alteração em pronunciamentos com vigência a partir de 2025 que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 - (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas está demonstrada a seguir:		
	2024	2023
Saldo inicial	(2.138)	(3.328)
Provisão/Reversão	(1.705)	1.190
Saldo final	(3.843)	(2.138)

6	ESTOQUES
2024	2023
Produtos acabados	136.336
Produtos em processo	2.288
Matérias-primas	50.146
Almoxarifado	43.954
Importações em andamento	116.131
Adiantamento a fornecedores	16.681
Materiais secundários	16.701
Total	382.244
Circulante	359.561
Não circulante	22.683

8	Imobilizado
2024	2023
Terrenos	1.824
Edificações e benfeitorias	18.532
Equipamentos e instalações	233.566
Veículos	106
Móveis e utensílios	1.415
Outros	12.201
Total	160.927
Circulante	155.866
Não circulante	5.061

As obras em andamento correspondem, principalmente a melhorias operacionais para aumento da vida útil-econômica das máquinas e equipamentos, cujos prazos de encerramento estão previstos para os anos 2024 e 2025.

9	Intangível
2024	2023
Licenças de software (a)	10.860
Marcas e patentes	81
Licença de tecnologia (b)	52.733
Total	63.674
Saldo em 31 de dezembro de 2022	10.860
Aquisições	8.986
Transferências	(9.450)
Depreciação	(2.353)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	8.043
Aquisições	358
Amortização	(1.866)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	6.535
Custo total	31.507
Amortização acumulada	(24.972)
Total	6.535
Taxas anuais de depreciação (%)	2%

(a) As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. (b) O saldo classificado como licença para uso de tecnologia refere-se ao custo incorrido com a aquisição de tecnologia industrial para ampliação da capacidade de produção de LAB. Uma vez que (i) o contrato de aquisição da licença com terceiros não estabelece prazo para uso da tecnologia; (ii) essa tecnologia irá gerar benefícios econômicos futuros por um prazo de tempo indeterminado; e (iii) a tecnologia não possui vida útil definida, o ativo intangível reconhecido não está sendo amortizado. A vida útil desse ativo é revisada pelo menos anualmente para determinar se as circunstâncias presentes continuam a suportar a avaliação de vida útil indefinida para o ativo.

10	Fornecedores
2024	2023
Fornecedores nacionais	72.674
Fornecedores no exterior	19.272
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 12)	67.433
Total	159.379

Empréstimos e financiamentos

Instituição financeira	Encargos financeiros	2024	2023
	U.S. dólar + juros de		
ACC - Adiantamento de contrato de câmbio	6,35% a 6,40% a.a.	1.253	-
Banco do Brasil (i)		3.969	7.936
Total		5.222	7.936
Circulante		5.222	3.987
Não circulante		-	3.949
Total		5.222	7.936

(i) Em setembro de 2014, a Companhia obteve aprovação para liberação de financiamento de longo prazo, no montante de R\$31.256 com o Banco do Brasil. Até o ano de 2015 ocorreram liberações totalizando R\$15.448 e em 2018 ocorreu a última liberação no montante de R\$15.808. As exigibilidades decorrentes do contrato, incluindo os encargos financeiros, serão pagas em 18 (dezoito) prestações semestrais consecutivas, vencendo a última em 1º de dezembro de 2025. Garantias - Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do contrato firmado com o Banco do Brasil, a Companhia concedeu a título de garantia o registro de cobrança, na proporção mínima de 150% da dívida que vise a amparar os créditos que tenham a receber decorrente das vendas de produtos. Contudo, em 6 de maio de 2019 substituiu a garantia anterior por carta de fiança do banco Itaú Unibanco S.A. Cláusulas restritivas financeiras - De acordo com os respectivos contratos, a Companhia obriga-se a cumprir as seguintes cláusulas restritivas ("covenants") sob pena de ter decretado o vencimento antecipado da dívida: a) Banco do Brasil: o indicador dívida financeira bruta/EBITDA não ultrapassar 3 x o valor do contrato. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia encontra-se em conformidade em relação às cláusulas restritivas financeiras. Os empréstimos e financiamentos apresentaram a movimentação conforme demonstrado a seguir:

31 de dezembro de 2022	24.471
(+) Captação de empréstimos	61.269
(-) Provisão de juros	576
(-) Pagamentos principal	(76.130)
(-) Pagamentos juros	(990)
(-) Variação cambial	(1.260)
31 de dezembro de 2023	7.936
(+) Captação de empréstimos	91.888
(+) Provisão de juros	451
(-) Pagamentos principal	(96.225)
(-) Pagamentos juros	(699)
(-) Variação cambial	1.872
31 de dezembro de 2024	5.222

Os vencimentos dos valores de longo prazo têm a seguinte composição:

2025	2023
2025	3.949
2026	3.949

12	Partes relacionadas
a) Transações e saldos	Passivo Circulante
	Fornecedores
Cepsa Química S.A. (acionista) (i)	67.433
Total	67.433

	2024	2023
Vendas de produtos	250.675	319.227
Produtos acabados adquiridos	(85.229)	(108.537)
Exclusões (adições) permanentes, líquidas	(2.713)	(12.141)
Intencivo fiscal (nota explicativa nº 15(c))	46.257	59.354
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(41.685)	(61.324)
Corrente	(38.522)	(60.391)
Diferido	(3.163)	(933)

b) Transações e saldos - As vendas de produtos estão representadas por transações relativas à venda de ALP - Alquilado Resado e LAB - Alquilbenzeno Linear. Em produtos acabados adquiridos são apresentadas as transações referentes à aquisição de LAB - Alquilbenzeno Linear e em matérias-primas são apresentadas as transações referentes à aquisição de Normal Parafina da Cepsa Química S.A. (controladora indireta), utilizados para a fabricação dos tensoativos, detergentes biodegradáveis e produtos químicos em geral, produzidos pela Companhia. c) Remuneração do pessoal-chave da administração - O pessoal-chave da administração inclui os diretores e membros do Comitê de Administração. A remuneração paga por serviços do pessoal-chave no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$4.822 (R\$2.699 em 2023). Adicionalmente, não foram pagos aos diretores valores a título de participação nos resultados em 2024 que estão apresentados na rubrica de participação dos empregados e administradores nos resultados na demonstração do resultado. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos na legislação trabalhista vigente no Brasil.

### 13 Imposto de renda e contribuição social

a) Reconciliação da despesa do imposto de renda e contribuição social - Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em relação à alíquota nominal:

b) Imposto de renda diferido - O imposto de renda diferido é calculado sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. A alíquota desse imposto, definido através do provisionamento das diferenças temporárias, é de 25%. Imposto diferido ativo é reconhecido somente na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Os valores da compensação são os seguintes:

Imposto de renda diferido ativo	2024	2023
Imposto de renda diferido passivo	(10.655)	(10.060)
Imposto de renda (líquido)	(5.810)	(2.203)

Os saldos de impostos diferidos estão apresentados a seguir:

Ativo imposto diferido	2024	2023
Provisão para créditos esperados	320	320
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	(346)	(404)
Provisão para honorários advocatícios	3.828	3.453
Ajuste a valor presente	346	217
"Cut-off" receita (efeito líquido)	4.309	3.837
Efeito de imposto sobre "hedge accounting"	266	266
Outros	(3.878)	169
Total	4.845	7.858

Passivo de imposto diferido	2024	2023
Atualização dos depósitos judiciais	(10.655)	(10.655)
Total	(10.655)	(10.655)

Total imposto diferido (líquido)

2024	2023
5.810	2.203

c) Contribuição social diferida - A contribuição social diferida é calculada sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. A alíquota desse imposto, definido através do provisionamento das diferenças temporárias, é de 9%. Contribuição social diferida é reconhecida somente na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Os valores de compensação são os seguintes:

Contribuição social diferido ativo	2024	2023
Contribuição social diferido passivo	(196)	(196)
Contribuição social (líquido)	445	445

Os saldos de contribuições diferidas estão apresentados a seguir:

Ativo contribuição diferido	2024	2023
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	175	135
Provisão para honorários advocatícios	14.947	12.097
Ajuste a valor presente	209	283
"Cut-off" receita (efeito líquido)	283	283
Outros	641	641
Total	17.024	14,947

Passivo de contribuição diferido	2024	2023
Atualização dos depósitos judiciais	(196)	(196)
Total contribuição diferida (líquido)	16.828	14,751

14 Provisão para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis, depósitos judiciais e contribuição social sobre o lucro líquido a pagar

A Companhia questiona judicialmente a legalidade da cobrança de determinados impostos e contribuições incidentes sobre suas operações, bem como vem discutindo questões nas esferas administrativas e judiciais referentes a processos trabalhistas e cíveis. Com base no posicionamento dos seus assessores jurídicos externos, a Companhia, em 31 de dezembro de 2023 mantém provisão para perdas prováveis com esses processos, em montantes considerados suficientes e mantém ainda depósitos judiciais para fazer face a requerimentos judiciais, os quais são atualizados pela taxa SELIC, conforme demonstrado a seguir:

Depósitos judiciais	2024	2023
Provisão	2024	2023
Cíveis e trabalhistas	1.399	1.400
Imposto de renda e contribuição social	621	594
PIS LC 07/70	54.246	52.500
IPTU	12.097	11.590
CPU	823	780
Provisão Perda Depósitos Judiciais	(55)	(67)
Total	69.131	66.797
Circulante	-	-
Não circulante	69.131	66.797

7	Tributos a recuperar
2024	2023
ICMS	145.205
COFINS	5.654
PIS	1.243
IPR	878
Imposto de Renda	7.498
IRRF sobre aplicações financeiras	179
Provisão para perda	(8)
Outros	278
Total	160.927
Circulante	155.866
Não circulante	5.061

Movimentação da provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

2023	Atualização	Reversão	Pagamentos	2024
252				252
Cíveis e trabalhistas	111	4	-	115
Imposto sobre importação ("II") sobre importações de catalisadores	-	-	-	-
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido a pagar (a)	214.624	11.031	(36.891)	188.764
PIS e COFINS Lei nº 12.859/13	214.987	11.035	(36.891)	190.337

(a) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido a pagar - Em 2002, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") referente aos exercícios fiscais de 1997 a 2002, pelo não recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, que não foi realizado em função da Companhia ser beneficiária de sentença judicial transitada em julgado que lhe assegurou o direito ao não recolhimento da CSLL. A SRF alegou que tal sentença não mais resguardava a Companhia e lavrou Autos de Infração no montante de R\$58.666 acrescidos de multa e juros. A Companhia protocolou defesa administrativa dirigida à Delegação de Julgamento da Receita Federal e impetrou Mandado de Segurança com pedido de liminar, efetuando depósito judicial de R\$16.889, referente ao exercício fiscal de 2002, obtendo decisão favorável em 1ª instância, visando evitar novas autuações por parte da Receita Federal, até decisão final dos autos em discussão. A União recorreu desta decisão, estando o processo em tramitação para apreciação do recurso. Em 13 de junho de 2007, 16 de fevereiro de 2008 e 21 de junho de 2010 a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") pelo não recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro, referente aos exercícios fiscais de 2002 a 2004, 2005 a 2007 e 2008, respectivamente, alegando que tal sentença não mais resguardava a Companhia, e para prevenir da decadência foram lavrados Autos de Infração no montante de R\$46.611, R\$46.929 e R\$11.403, respectivamente, cujo montante acrescido de multa isolada e juros, totaliza R\$104.943. No 2º semestre de 2010, os Recursos promovidos pela União relativos às autuações dos exercícios fiscais de 1997 e 1998, bem como a Apelação do Mandado de Segurança foram julgados favoráveis para a Companhia pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (2ª Instância), contudo a União interps Recurso de Embargos de Declaração no processo do Mandado de Segurança, o qual foi negado provimento por unanimidade pelo TRF. Em 24 de outubro de 2012 a União interps Recurso Especial e Recurso Extraordinário, e a Companhia apresentou suas contas razões, pendentes de apreciação pelos respectivos Tribunais. Em 26 de outubro de 2012, a Companhia foi novamente autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") pelo não recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro referente aos exercícios fiscais 2009 e 2010, sob as mesmas alegações das autuações anteriores e para prevenir da decadência, no montante de R\$13.167, incluindo apenas os juros de mora. Em 20 de dezembro de 2016, a Companhia foi novamente autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") pelo não recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro referente aos exercícios fiscais de 2011 e 2012, sob as mesmas alegações das autuações anteriores e para prevenir da decadência, no montante de R\$32.895, incluindo apenas os juros de mora. Em 19 de setembro de 2019, a Companhia foi novamente autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") pelo não recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro referente aos exercícios fiscais de 2014 e 2015, sob as mesmas alegações das autuações anteriores e para prevenir da decadência, no montante de R\$29.766, incluindo apenas os juros de mora. Em 6 de dezembro de 2021, a Companhia foi mais uma vez autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") pelo não reconhecimento da Contribuição Social sobre o Lucro referente aos exercícios fiscais de 2016 a 2018, sob as mesmas alegações das autuações anteriores e para prevenir da decadência, no montante de R\$36.143, incluindo apenas os juros de mora. Em 15 de dezembro de 2022, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") pelo não reconhecimento da Contribuição Social sobre o Lucro referente aos exercícios fiscais de 2019 e 2020, sob as mesmas alegações das autuações anteriores e para prevenir da decadência, no montante de R\$32.427, incluindo apenas os juros de mora. Em 15 de dezembro de 2023, a Companhia foi novamente autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") pelo não reconhecimento da Contribuição Social sobre o Lucro referente aos exercícios fiscais de 2021 e 2022, sob as mesmas alegações das autuações anteriores e para prevenir da decadência, no montante de R\$32.427, incluindo apenas os juros de mora. Em 15 de dezembro de 2024, a Companhia foi novamente autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") pelo não reconhecimento da Contribuição Social sobre o Lucro referente aos exercícios fiscais de 2023 e 2024, sob as mesmas alegações das autuações anteriores e para prevenir da decadência, no montante de R\$32.427, incluindo apenas os juros de mora. Em 15 de dezembro de 2024, a Companhia foi novamente autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") pelo não reconhecimento da Contribuição Social sobre o Lucro referente aos exercícios fiscais de 2023 e 2024, sob as mesmas alegações das autuações anteriores e para prevenir da decadência, no montante de R\$32.427, incluindo apenas os juros de mora. Em 15 de dezembro de 2024, a Companhia foi novamente autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") pelo não reconhecimento da Contribuição Social sobre o Lucro referente aos exercícios fiscais de 2023 e 2024, sob as mesmas alegações das autuações anteriores e para prevenir da decadência, no montante de R\$32.427, incluindo apenas os juros de mora. Em 15 de dezembro de 2024, a Companhia foi novamente autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") pelo não reconhecimento da Contribuição Social sobre o Lucro referente aos exercícios fiscais de 2023 e 2024, sob as mesmas alegações das autuações anteriores e para prevenir da decadência, no montante de R\$32.427, incluindo apenas os juros de mora. Em 15 de dezembro de 2024, a Companhia foi novamente autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") pelo não reconhecimento da Contribuição Social sobre o Lucro referente aos exercícios fiscais de 2023 e 2024, sob as mesmas alegações das autuações anteriores e para prevenir da decadência, no montante de R\$32.427, incluindo apenas os juros de mora. Em 15 de dezembro de 2024, a Companhia foi novamente autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") pelo não reconhecimento da Contribuição Social sobre o Lucro referente aos exercícios fiscais de 2023 e 2024, sob as mesmas alegações das autuações anteriores e para prevenir da decadência, no montante de R\$32.427, incluindo apenas os juros de mora. Em 15 de dezembro de 2024, a Companhia foi novamente autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") pelo não reconhecimento da Contribuição Social sobre o Lucro referente aos exercícios fiscais de 2023 e 2024, sob as mesmas alegações das autuações anteriores e para prevenir da decadência, no montante de R\$32.427, incluindo apenas os juros de mora. Em 15 de dezembro de 2024, a Companhia foi novamente autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") pelo não reconhecimento da Contribuição Social sobre o Lucro referente aos exercícios fiscais de 2023 e 2024, sob as mesmas alegações das autuações anteriores e para prevenir da decadência, no montante de R\$32.427, incluindo apenas os juros de mora. Em 15 de dezembro de 2024, a Companhia foi novamente autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") pelo não reconhecimento da Contribuição Social sobre o Lucro referente aos exercícios fiscais de 2023 e 2024, sob as mesmas alegações das autuações anteriores e para prevenir da decadência, no montante de R\$32.427, incluindo apenas os juros de mora. Em 15 de dezembro de 2024, a Companhia foi novamente autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") pelo não reconhecimento da Contribuição Social sobre o Lucro referente aos exercícios fiscais de 2023 e 2024, sob as mesmas alegações das autuações anteriores e para prevenir da decadência, no montante de R\$32.427, incluindo apenas os juros de mora. Em 15 de dezembro de 2024, a Companhia foi novamente autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") pelo não reconhecimento da Contribuição Social sobre o Lucro referente aos exercícios fiscais de 2023 e 2024, sob as mesmas alegações das autuações anteriores e para prevenir da decadência, no montante de R\$32.427, incluindo apenas os juros de mora. Em 15 de dezembro de 2024, a Companhia foi novamente autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") pelo não reconhecimento da Contribuição Social sobre o Lucro referente aos exercícios fiscais de 2023 e 2024, sob as mesmas alegações das autuações anteriores e para prevenir da decadência, no montante de R\$32.427, incluindo apenas os juros de mora. Em 15 de dezembro de 2024, a Companhia foi novamente autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") pelo não reconhecimento da Contribuição Social sobre o Lucro referente aos exercícios fiscais de 2023 e 2024, sob as mesmas alegações das autuações anteriores e para prevenir da decadência, no montante de R\$32.427, incluindo apenas os juros de mora. Em 15 de dezembro de 2024, a Companhia foi novamente autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") pelo não reconhecimento da Contribuição Social sobre o Lucro referente aos exercícios fiscais de 2023 e 2024, sob as mesmas alegações das autuações anteriores e para prevenir da decadência, no montante de R\$32.427, incluindo apenas os juros de mora. Em 15 de dezembro de 2024, a Companhia foi novamente autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") pelo não reconhecimento da Contribuição Social sobre o Lucro referente aos exercícios fiscais de 2023 e 2024, sob as mesmas alegações das autuações anteriores e para prevenir da decadência, no montante de R\$32.427, incluindo apenas os juros de mora. Em 15 de dezembro de 2024, a Companhia foi novamente autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") pelo não reconhecimento da Contribuição Social sobre o Lucro referente aos exercícios fiscais de 2023 e 2024, sob as mesmas alegações das autuações anteriores e para prevenir da decadência, no montante de R\$32.427, incluindo apenas os juros de mora. Em 15 de dezembro de 2024, a Companhia foi novamente autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") pelo não reconhecimento da Contribuição Social sobre o Lucro referente aos exercícios fiscais de 2023 e 2024, sob as mesmas alegações das autuações anteriores e para prevenir da decadência, no montante de R\$32.427, incluindo apenas os juros de mora. Em 15 de dezembro de 2024, a Companhia foi novamente autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") pelo não reconhecimento da Contribuição Social sobre o Lucro referente aos exercícios fiscais de 2023 e 2024, sob as mesmas alegações das autuações anteriores e para prevenir da decadência, no montante de R\$32.427, incluindo apenas os juros de mora. Em 15 de dezembro de 2024, a Companhia foi novamente autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") pelo não reconhecimento da Contribuição Social sobre o Lucro referente aos exercícios fiscais de 2023 e 2024, sob as mesmas alegações das autuações anteriores e para prevenir da decadência, no montante de R\$32.427, incluindo apenas os juros de mora. Em 15 de dezembro de 2024, a Companhia foi novamente autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") pelo não reconhecimento da Contribuição Social sobre o Lucro referente aos exercícios fiscais de 2023 e 2024, sob as mesmas alegações das autuações anteriores e para prevenir da decadência, no montante de R\$32.427, incluindo apenas os juros de mora. Em 15 de dezembro de 2024, a Companhia foi novamente autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") pelo não reconhecimento da Contribuição Social sobre o Lucro referente aos exercícios fiscais de 2023 e 2024, sob as mesmas alegações das autuações anteriores e para prevenir da decadência, no montante de R\$32.427, incluindo apenas os juros de mora. Em 15 de dezembro de 2024, a Companhia foi novamente autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") pelo não reconhecimento da Contribuição Social sobre o Lucro referente aos exercícios fiscais de 2023 e 2024, sob as mesmas alegações das autuações anteriores e para prevenir da decadência, no montante de R\$32.427, incluindo apenas os juros de mora. Em 15 de dezembro de 2024, a Companhia foi novamente autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") pelo não reconhecimento da Contribuição Social sobre o Lucro referente aos exercícios fiscais de 2023 e 2024, sob as mesmas alegações das autuações anteriores e para prevenir da decadência, no montante de R\$32.427, incluindo apenas os juros de mora. Em 15 de dezembro de 2024, a Companhia foi novamente autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") pelo não reconhecimento da Contribuição Social sobre o Lucro referente aos exercícios fiscais de 2023 e 2024, sob as mesmas alegações das autuações anteriores e para prevenir da decadência, no montante de R\$32.427, incluindo apenas os juros de mora. Em 15 de dezembro de 2024, a Companhia foi novamente autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") pelo não reconhecimento da Contribuição Social sobre o Lucro referente aos exercícios fiscais de 2023 e 2024, sob as mesmas alegações das autuações anteriores e para prevenir da decadência, no montante de R\$32.427, incluindo apenas os juros de mora. Em 15 de dezembro de 2024, a Companhia foi novamente autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") pelo não reconhecimento da Contribuição Social sobre o Lucro referente aos exercícios fiscais de 2023 e 2024, sob as mesmas alegações das autuações anteriores e para prevenir da decadência, no montante de R\$32.427, incluindo apenas os juros de mora. Em 15 de dezembro de 2024, a Companhia foi novamente autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") pelo não reconhecimento da Contribuição Social sobre o Lucro referente aos exercícios fiscais de 2023 e 2024, sob as mesmas alegações das autuações anteriores e para prevenir da decadência, no montante de R\$32.427, incluindo apenas os juros de mora. Em 15 de dezembro de 2024, a Companhia foi novamente autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") pelo não reconhecimento da Contribuição Social sobre o Lucro referente aos exercícios fiscais de 2023 e 2024, sob as mesmas alegações das autuações anteriores e para prevenir da decadência, no montante de R\$32.427, incluindo apenas os juros de mora. Em 15 de dezembro de 2024, a Companhia foi novamente autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") pelo não reconhecimento da Contribuição Social sobre o Lucro referente aos exercícios fiscais de 2023 e 2024, sob as mesmas alegações das autuações anteriores e para prevenir da decadência, no montante de R\$32.427, incluindo apenas os juros de mora. Em 15 de dezembro de 2024, a Companhia foi novamente autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") pelo não reconhecimento da Contribuição Social sobre o Lucro referente aos exercícios fiscais de 2023 e 2024, sob as mesmas alegações das autuações anteriores e para prevenir da decadência, no montante de R\$32.427, incluindo apenas os juros de mora. Em 15 de dezembro de 2024, a Companhia foi novamente autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") pelo não reconhecimento da Contribuição Social sobre o Lucro referente aos exercícios fiscais de 2023 e 2024, sob as mesmas alegações das autuações anteriores e para prevenir da decadência, no montante de R\$32.427, incluindo apenas os juros de mora. Em 15 de dezembro de 2024, a Companhia foi novamente autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") pelo não reconhecimento da Contribuição Social sobre o Lucro referente aos exercícios fiscais de 2023 e 2024, sob as mesmas alegações das autuações anteriores e para prevenir da decadência, no montante de R\$32.427, incluindo apenas os juros de mora. Em 15 de dezembro de 2024, a Companhia foi novamente autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") pelo não reconhecimento da Contribuição Social sobre o Lucro referente aos exercícios fiscais de 2023 e 2024, sob as mesmas alegações das autuações anteriores e para prevenir da decadência, no montante de R\$32.427, incluindo apenas os juros de mora. Em 15 de dezembro de 2024, a Companhia foi novamente autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") pelo não reconhecimento da Contribuição Social sobre o Lucro referente aos exercícios fiscais de 2023 e 2024, sob as mesmas alegações das autuações anteriores e para prevenir da decadência, no montante de R\$32.427, incluindo apenas os juros de mora. Em 15 de dezembro de 2024, a Companhia foi novamente autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") pelo não reconhecimento da Contribuição Social sobre o Lucro referente aos exercícios fiscais de 2023 e 2024, sob as mesmas alegações das autuações anteriores e para prevenir da decadência, no montante de R\$32.427, incluindo apenas os juros de mora. Em 15 de dezembro de 2024, a Companhia foi novamente autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") pelo não reconhecimento da Contribuição Social sobre o Lucro referente aos exercícios fiscais de 2023 e 2024, sob as mesmas alegações das autuações anteriores e para prevenir da decadência, no montante de R\$32.427, incluindo apenas os juros de mora. Em 15 de dezembro de 2024, a Companhia foi novamente autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") pelo não reconhecimento da Contribuição Social sobre o Lucro referente aos exercícios fiscais de 2023 e 2024, sob as mesmas alegações das autuações anteriores e para prevenir da decadência, no montante de R\$32.427, incluindo apenas os juros de mora. Em 15 de dezembro de 2024, a Companhia foi novamente autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") pelo não reconhecimento da Contribuição Social sobre o Lucro referente aos exercícios fiscais de 2023 e 2024, sob as mesmas alegações das autuações anteriores e para prevenir da decadência, no montante de R\$32.427, incluindo apenas os juros de mora. Em 15 de dezembro de 2024, a Companhia foi novamente autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") pelo não reconhecimento da Contribuição Social sobre o Lucro referente aos exercícios fiscais de 2023 e 2024, sob as mesmas alegações das autuações anteriores e para prevenir da decadência, no montante de R\$32.427, incluindo apenas os juros de mora. Em 15 de dezembro de 2024, a Companhia foi novamente autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") pelo não reconhecimento da Contribuição Social sobre o Lucro referente aos exercícios fiscais de 2023 e 2024, sob as mesmas alegações das autuações anteriores e para prevenir da decadência, no montante de R\$32.427, incluindo apenas os juros de mora. Em 15 de dezembro de 2024, a Companhia foi novamente autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") pelo não reconhecimento da Contribuição Social sobre o Lucro referente aos exercícios fiscais de 2023 e 2024, sob as mesmas alegações das autuações anteriores e para prevenir da decadência, no montante de R\$32.427, incluindo apenas os juros de mora. Em 15 de dezembro de 2024, a Companhia foi novamente autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") pelo não reconhecimento da Contribuição Social sobre o Lucro referente aos exercícios fiscais de 2



776 Deten\_2025\_arte2.pdf

Código do documento: 776



### Assinado por:



EMPRESA EDITORA A TARDE S A:15111297000130  
Certificado Digital  
E-mail: publicidade@grupoatarde.com.br

### Registro de Eventos:

10 abr 2025, 00:01:00 - UPLOAD

**Documento:** 776

**Criado por:** Adriano Cardoso de Melo **Email:** adriano.cardoso@grupoatarde.com.br

**DATE\_ATOM:** 2025-04-10T00:03:10-03:00

10 abr 2025, 00:03:10 - INÍCIO DO PROCESSAMENTO

Assinatura iniciada pelo Serviço de Assinaturas.

**DATE\_ATOM:** 2025-04-10T00:03:10-03:00

10 abr 2025, 00:03:10 - ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL

EMPRESA EDITORA A TARDE S A:15111297000130

**E-Mail:** publicidade@grupoatarde.com.br

**Emissor do Certificado:** CN=EMPRESA EDITORA A TARDE S A:15111297000130,  
OU=videoconferencia, OU=24479762000180, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=Secretaria da Receita Federal do  
Brasil - RFB, L=Salvador, S=BA, O=ICP-Brasil, C=BR

**DATE\_ATOM:** 2025-04-10T00:03:10-03:00

### Hash do documento original:

[SHA256]: ef0385106a6b65e13c3840449fbfe165fe96ceda015f486f9c77fc33a5ce7577

[SHA512]: be1330e6db610a01623f9875a41b1dbc4a4e9d55add1caad660fe6cf4c11ff01aca144bf0493c9d55fd4a19142afb2c5197b540a34aa1443deb98e45a5ded240

Este certificado pertence única e exclusivamente aos documentos de HASH acima!

Este documento está assinado digitalmente com um certificado digital emitido por: AC DIGITALSIGN RFB G3